

FALE POR MIM: REDE DE PROTEÇÃO E DEFESA CONTRA O ABUSO SEXUAL INFANTOJUVENIL

TALK FOR ME: NETWORK OF PROTECTION AND DEFENSE AGAINST CHILD SEXUAL ABUSE

Sandra Edna Carvalho Peldiak¹

<https://orcid.org/0000-0002-3893-0188>

Ernandes Lopes Cervantes²

<https://orcid.org/0000-0001-5988-2683>

Eulene Rosa dos Santos³

Resumo

Na escola, nos deparamos com um problema geralmente velado, devido ao medo, preconceito, desinformação e receio das famílias em conversar abertamente com seus filhos sobre sexualidade. Isso tem levado a um aumento significativo dos casos de abuso sexual infantojuvenil. Considerando relatos de alguns estudantes do Ensino Fundamental da *Escola Estadual Enio Pipino*, percebemos a urgência em abordar o tema entre eles. O projeto “Fale por mim” foi construído e desenvolvido por meio do Projeto de Formação da/na Escola, sua realização envolveu mães, estudantes, profissionais da assistência social, saúde, educação e segurança pública. O objetivo geral foi criar uma rede de acesso à informação e instituições de proteção para os estudantes em situação de risco, visando alertar a sociedade para a prevenção e combate ao abuso sexual infantojuvenil. Na execução, se utilizou como metodologias as pesquisas bibliográficas e investigação-ação que nortearam todo o projeto, considerando contradições, desafios socioemocionais e cognitivos das vítimas e investigados. As ações se deram por orientação em sala de aula, produção de cartazes, painéis, folhetos, palestras e roda de conversa que proporcionaram: a compreensão da gravidade dos crimes sexuais e quais cuidados a família deve ter com os filhos; como superar o trauma; ações para prevenção do crime; e como identificar “sinais”. Disponibilizou-se uma rede de apoio e proteção para os estudantes, onde eles pudessem buscar ajuda. O projeto atingiu o objetivo proposto de orientar a comunidade escolar e, diante dos casos identificados, medidas cabíveis foram tomadas.

Palavras-chave: Abuso Sexual, Orientação para Prevenção, Proteção Infantojuvenil.

¹ Especialista em Gestão Escolar.

² Especialista em: Psicopedagogia Institucional e Clínica e em Educação Matemática pelo Instituto Cuiabano de Educação.

³ Especialista em Gestão Escolar pelo Instituto Cuiabano de Educação.

Abstract

At school, we face a problem that is often veiled due to the fear, prejudice, misinformation, and fear of families to talk openly with their children and especially to protect them. This has led to a significant increase in cases of child sexual abuse. Considering the reports of some elementary school students from Enio Pipino State School, we realize the urgency to address the issue among them. The “Fale por mim” project was built and developed through the Projeto de Formação Continuada da/na Escola [a continuing education training project in school], its realization involved mothers, students, professionals of social assistance, health, education, and public security. The general objective was to create a network for accessing information and protection for students in danger, aiming to alert society to the prevention and fight against child and adolescent sexual abuse. In the execution, bibliographic research and action research were used as methodologies that guided the entire project, considering contradictions, socio-emotional, and cognitive challenges of the victims and investigated. The actions took place through classroom guidance, production of posters, panels, leaflets, lectures, and conversation circles that provided: the understanding of the seriousness of sexual crimes and what care the family should take with their children; how to overcome trauma; crime prevention actions; and how to identify the “warning signs”; A support and protection network was made available to students, where they could seek help. The project achieved the proposed objective of guiding the school community and, in the face of the identified cases, appropriate measures were taken.

Keywords: Sexual Abuse, Prevention Guidance, Child and Youth Protection.

Introdução

O projeto “Fale por mim” foi pensado para atender a uma necessidade de crianças e adolescentes em risco que sofrem danos emocionais irreversíveis; para tanto, os investigadores atentaram às questões que podem desencadear o abuso sexual.

De acordo com a normativa que trata do Orientativo da Formação Continuada dos Profissionais da Educação do Estado de Mato Grosso, encaminhado pelo Centro de Formação dos Profissionais (Cefapro) - instituição que tem orientado para que seja pensado a respeito de situações incômodas que se apresentam na escola, desenvolvendo ações interventivas para que estas melhorem o ambiente escolar - a *Escola Estadual Enio Pipino* começou a pensar a respeito das possibilidades de como atender essa necessidade; pois no convívio com os estudantes e com relatos de suas realidades familiares, o problema do abuso sexual infantojuvenil, que normalmente fica velado devido ao medo, preconceito e principalmente a falta de informação,

aparece com frequência. Os estudantes trazem para o ambiente escolar os reflexos dessas situações de abuso, mascarado em manifestações de isolamento, instabilidade emocional, desinteresse pelos estudos, dificuldade em concentração, agressividade e evasão escolar.

Objetivos

Tivemos por objetivos: alertar a sociedade sobre esse tipo de crime e envolver a família na sua prevenção e combate; conscientizar o núcleo familiar; implementar a cultura dos bons tratos para com as crianças e os adolescentes no lar; bem como, envolver os profissionais da educação, conselhos tutelares, Centro de Referência Especializada de Assistência Social (Creas), agentes da segurança pública e outros órgãos responsáveis para que se crie uma Rede de Apoio sólida e atuante, desenvolvendo continuamente atividades para prevenção, crucial para o enfrentamento do problema.

Metodologia

A metodologia de pesquisa bibliográfica e a investigação-ação (IA) norteou todo o projeto; a partir da problematização que prevê situações retiradas de um cenário real, em todas as suas contradições, desafios socioemocionais e cognitivos formou-se o grupo de IA educacional e cooperativa. Essa metodologia permite, principalmente, criar uma estratégia para o desenvolvimento profissional dos educadores e pesquisadores de modo que eles possam utilizar suas pesquisas para aprimorar a percepção das possíveis situações de risco dos estudantes e que medidas tomar quando identificar os casos.

Os envolvidos nesse tipo de pesquisa agem e avaliam simultaneamente com o objetivo de mudar comportamentos na comunidade investigada ao mesmo tempo que reúnem informações, estudam o contexto para manter um processo de retroalimentação e buscam solucionar o problema. Essa metodologia foi ideal para cumprir os interesses e necessidades do projeto, pois a partir da participação dos envolvidos nos seminários (encontros semanais com duração de duas horas), nas dependências da escola com

participação de técnicos, professores, pais e alunos, foi possível, a partir do diagnóstico do problema estudar suas facetas, analisar, refletir, discutir, avaliar e agir.

O diagrama de Lewin dimensiona o formato que norteou a pesquisa no decorrer do projeto *Fale por Mim*.

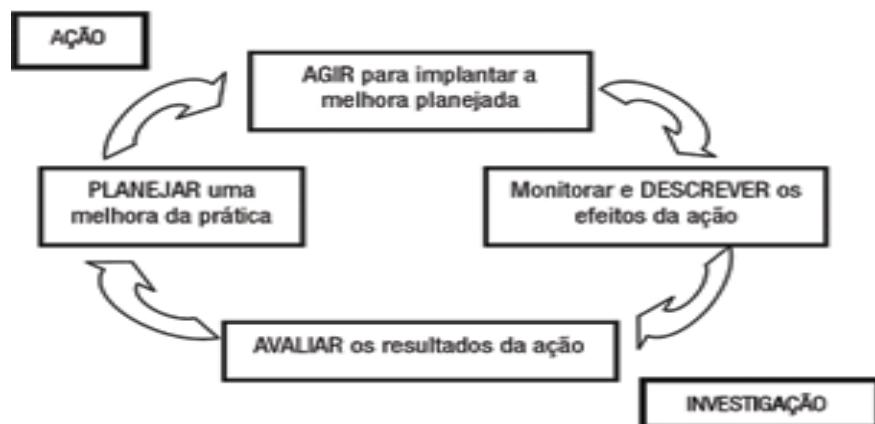


Figura 1: Representação em quatro fases do ciclo básico da investigação

Fonte: Lewin apud Tripp, 2005.

Foram realizadas pesquisas em revistas científicas, sites acadêmicos e governamentais. As estratégias utilizadas foram: a observação da realidade; levantamento do maior número possível de dados; definição de pontos-chaves; redação do problema; hipóteses de solução construídas após estudo e reflexão; aplicação prática; orientação em sala de aula; produção de cartazes; painéis e folhetos; palestras e roda de conversa.

Essas foram ações planejadas, analisadas e avaliadas para que conseguissem desmitificar o “bicho papão” que circunda, não só o tema, mas a real existência do abuso sexual.

Desenvolvimento

O projeto envolveu as famílias, posto que, o receio dessas em conversar abertamente com seus filhos, orientá-los e principalmente protegê-los, tem levado a um aumento significativo dos casos de abuso sexual infantojuvenil.

A violência sexual, caracteriza-se por atos praticados com finalidade sexual que, por serem lesivos ao corpo e a mente do sujeito violado (crianças e adolescentes), desrespeitam os direitos e as garantias individuais como liberdade, respeito e dignidade previstos na Lei nº 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990, Artigos 7º, 15, 16, 17 e 19).

Nessa perspectiva e levando em consideração alguns relatos que chegaram ao conhecimento dos profissionais da secretaria escolar e sabendo que outros relatos chegaram a outros profissionais da escola, percebemos a urgência em abordar o tema entre os estudantes do Ensino Fundamental.

Pela necessidade em tratar o problema, foi desenvolvido um projeto na unidade escolar com a participação imprescindível das mães, alunos e profissionais da educação, assistência social, segurança pública e saúde, que atendem esses estudantes, visando criar uma rede de proteção e informação para que os menores se sintam amparados. A orientação, do excerto a seguir, permeou todo o trabalho:

É lei: o professor e demais profissionais das redes públicas e particulares de ensino têm a responsabilidade de comunicar às autoridades competentes qualquer caso suspeito de violência ou maus-tratos contra estudantes com menos de 18 anos. Esta determinação está prevista no artigo 245 do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei 8.069/90). Mas, para exercer de forma eficaz este papel de vigilância, os profissionais precisam estar capacitados para reconhecer os sinais de que a criança pode estar sendo vítima de violência, em especial nas situações de cunho sexual. (ANDI, S/D)

Mesmo conhecendo essa lei, na prática, no entanto, não é o que ocorre na maioria das escolas brasileiras. Isso decorre seja pela falta de formação específica para identificar esses casos de violência ou pelo não reconhecimento dessa tarefa enquanto responsabilidade dos educadores. O fato é que os profissionais da educação ainda estão pouco envolvidos com o tema. Nesse sentido, de acordo com o portal dos direitos da criança e do adolescente, “o corpo docente precisa entender urgentemente que sua prática cotidiana deve ser pautada na defesa dos direitos das crianças e pelo combate à violência, a fim de superar a postura que muitas vezes prevalece: a da omissão” (ANDI, S/D).

Observamos na prática da *Escola Estadual Enio Pipino* que o profissional de educação não percebe que alguns comportamentos dos alunos estão relacionados às violações de direitos que sofrem e que o desempenho escolar fica vulnerável a essas situações.

Com a definição do tema, construção de projeto e seus objetivos, estudos teóricos e discussão da temática, começamos a planejar as ações a serem desenvolvidas, quais parcerias precisávamos estabelecer para alcançar os objetivos. Apresentamos algumas imagens de diferentes etapas do projeto.



Figura 3: Convite produzido pelos estudantes.
Fonte: Os alunos da escola (2019).



Figura 2: Chá com bolo para os presentes no ciclo de palestras.
Fonte: Acervo dos autores (2019).

Os relatos de estudantes em risco foram tratados com muita atenção sob o olhar singelo dos profissionais da escola. Esses deram ciência dos fatos narrados pelos alunos aos especialistas que cuidaram dos casos com bastante profissionalismo.

O projeto contou com a presença de autoridades como a coordenadora do conselho tutelar, delegado de polícia da Delegacia especializada de defesa da mulher, criança, adolescente e idoso, policiais da Ronda Escolar da Polícia Militar e profissionais da psicologia. Esses profissionais proporcionaram a divulgação de informações e orientações por meio de palestras o que possibilitou as exposições de painéis, panfletos e cartazes produzidos pelos estudantes conjuntamente.

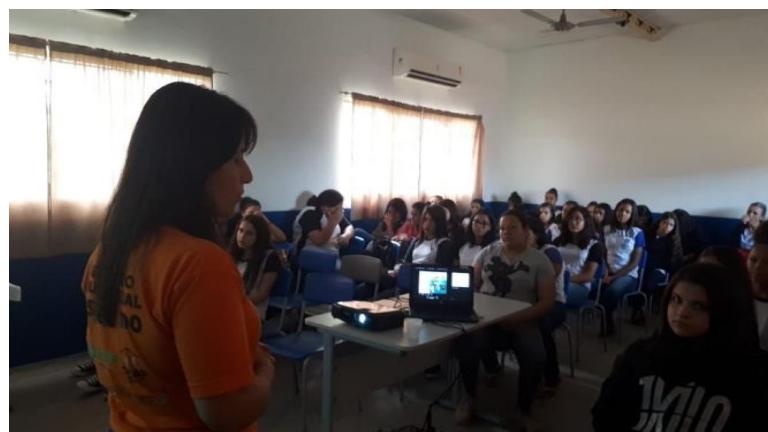


Figura 4: Palestra para os estudantes.



Figura 5: Recepção aos estudantes realizada pelos pais e



Figura 6: Palestra para estudantes.

Fonte: Acervo dos autores (2019).

Os participantes do projeto conheceram a Lei 9.970 Art. 1º que institui o dia 18 de maio como o Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. Conheceram também algumas datas, eventos e símbolos, como por exemplo a flor que foi escolhida para representar essa campanha: esse símbolo se deve por ser um dos primeiros desenhos feitos na infância, essa referência se dá através da metáfora do cuidado com a criança e adolescente assim como se faz necessário com a flor.

Além disso, foi dada visibilidade ao símbolo da campanha contra o abuso sexual infantojuvenil (exposto na entrada da escola), conforme imagem 7.



Figura 7: Painel e banner do projeto.

Fonte: Acervo dos autores (2019).

As ações de 2019 culminaram com uma apresentação de banner no seminário realizado pelo Cefapro de Sinop/MT.

Considerações finais

Esperamos que, com esse projeto, os pré-adolescentes envolvidos sintam-se amparados, que orientem seus pares, recorram ao Disque 100, se necessário, e que se sintam mais seguros em falar sobre o problema se houver ocorrência, bem como, os familiares e profissionais estejam munidos de informações para reconhecer sinais de possível agressão e orientar a quem esteja enfrentando tal problema.

Referências

ANDI. Violência Sexual: A responsabilidade da escola na proteção de crianças e adolescentes. S/D. Disponível em: <https://www.direitosdaciencia.gov.br/migrados/old/migracao/temas-prioritarios/violencia-sexual/abuso-sexual/pauta-violencia-sexual-a-responsabilidade-da-escola-na-protectao-de-criancas-e-adolescentes>. Acesso em 04 fev. 2020.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao.htm. Acesso em: 8 agosto de 2019.

BRASIL. Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. Diário Oficial. Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm#art266>. Acesso em: 16 set. 2019.

THIOLLENT, M. Pesquisa-ação nas organizações. São Paulo: Atlas, 1998.

TRIPP, D. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. Educação e pesquisa, São Paulo. v. 31, n.3, p. 443-466, set./dez. 2005.

VILELA, Pedro Rafael. Mais de 70% da violência sexual contra criança ocorre dentro de casa. Agência Brasil. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2019-05>>. Acesso em: 14 set. 2019.

Submetido em: 07/12/2020

Aprovado em: 09/12/2020